

Carta-Manifesto do VIII Congresso Sul-Brasileiro de Medicina de Família e Comunidade em defesa da Saúde Planetária

“Cuidando da Pessoa, da Família e do Planeta”. É a partir dessa chamada à ação de cuidado que integra o Planeta, que a Associação Paranaense de Medicina de Família e Comunidade (APrMFC) convidou médicas e médicos de família e comunidade para participar do VIII Congresso Sul-Brasileiro de MFC (VIII CSBMFC), ocorrido em Maringá, município do interior do Estado do Paraná, entre 17 e 19 de outubro de 2024, pautando como eixo central o necessário e urgente tema da Saúde Planetária. Com o objetivo de fazer parte das ações que mitigam, protegem e regeneram o planeta durante a realização de um evento científico médico, foi proposto aos mais de 700 congressistas a agirem a partir do paradigma planetário e se inspirarem a serem agentes de transformações regeneradoras na sociedade, para humanos e não humanos.

Ao invés de concentrar-se essencialmente em doenças, prática comumente observada em congressos de medicina, debateram-se saberes e práticas da Medicina de Família e Comunidade, em suas diferentes vertentes e potencialidades, mantendo em destaque a pessoa em todas as suas dimensões, incluindo o ecossistema. De modo participativo e inclusivo, o VIII CSBMFC fez um convite aos congressistas para que, durante o evento, enviassem suas sugestões de como podemos minimizar os efeitos da crise climática e os nossos impactos no planeta. E, é das mentes e olhares dessas pessoas que buscamos a reconexão com a natureza para o restabelecimento da saúde, que foi elaborada a presente Carta-Manifesto preocupada com ações que cuidam das pessoas, a partir da atenção também aos recursos naturais que nos sustentam, isto é, da comunidade maior que compartilhamos, o planeta.

Inicialmente, é crucial o reconhecimento da atual condição em que vivemos, um estado de Emergência de Saúde Climática, Humana e Planetária, já decretado pela Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, em 17 de setembro de 2024. Discutiu-se que as causas dessa emergência climática estão diretamente relacionadas ao modelo econômico neoliberal, que, entre outros aspectos, devora os recursos naturais do planeta, como se fossem inesgotáveis, convertendo a

natureza e tudo o que nela existe, incluindo nós, humanos, em mercadorias. Ailton Krenak tece críticas, por exemplo, à ideia de sustentabilidade, no sentido de dizer que tal conceito incentiva as pessoas a continuarem vivendo como consumidoras do planeta. Também Alberto Acosta questiona o tão almejado desenvolvimento, já que em prol de alcançá-lo para alguns, tantas outras regiões do planeta mantêm-se subdesenvolvidas. Coadunados com Krenak e Acosta, bem como tantos outros pensadores atuais e pessoas com sabedoria popular ancestral, reiteramos que o caminho para mitigar e quiçá reverter a emergência climática que presenciamos não será encontrado se continuarmos vivendo da mesma forma como temos vivido até agora.

Algumas reflexões e alternativas, entre tantas outras possíveis e necessárias, atravessaram os dias do Congresso. Dizem respeito, de modo geral, à inovação em políticas públicas, a ações governamentais e de grupos empresariais e, sem dúvida, a mudanças em nossos hábitos de vida e de consumo excessivos e insustentáveis, como cidadãos e, também, como profissionais da área da saúde.

Coletivamente, é imprescindível nos organizarmos através de mobilizações com a população de uma forma geral e estarmos em contato com lideranças para a comunicação, educação e ações de enfrentamento às Mudanças Climáticas. Esse movimento coletivo pressupõe, prioritariamente, o estudo e uso prático dos conceitos da Saúde Planetária, que contribuem como medida de proteção às pessoas e comunidades, fortalecendo a produção de novos conhecimentos e atividades de educação popular.

A organização popular contribui e é uma potência de chamada à ação dos órgãos públicos, a partir da criação de políticas governamentais, com medidas de vigilância aos principais fatores influenciadores da emergência climática e, antecipadamente, aos eventos climáticos, intervenções de mitigação e gestão climática a curto, médio e longo prazo. Recentes fenômenos climáticos, recorrentes inclusive no Brasil, alertam para a importância da vigilância para a prevenção de catástrofes e/ou redução de seus efeitos, por exemplo, mediante o uso de meios tecnológicos para sua antecipação através da análise climática, bem como recursos para adaptar as cidades com mais áreas verdes e de convívio em meio a natureza, além de meios para o enfrentamento de situações de crise como enchentes, ciclones, secas

extremas, desastres ambientais entre outras. É urgente traçar e implementar ações capazes de gerar benefícios para a saúde do meio ambiente, não apenas reduzir os danos em ações reativas, mas promover saúde ao nosso planeta de modo a impactar, por consequência, a saúde das populações.

A mudança passa, também, por uma atuação intersetorial da educação, saúde, políticas urbanas, economia, meio ambiente, entre outras áreas, com planejamento e urbanização resiliente às mudanças climáticas; investimentos em transporte público; estímulo à redução no uso de automóveis particulares, com mais ciclovias e bicicletas públicas; cobrança à criação de leis mais rigorosas com sobretaxas e penalidades às grandes empresas e serviços responsáveis que atuam como grandes poluentes do meio ambiente; maior investimento público para fomentar o desenvolvimento de tecnologias nacionais, aumentando a eficiência e facilitando a mudança para uma matriz mais verde, diminuindo a dependência de extrativismo e exportação de produtos primários; não financiamento e incentivo a indústrias petrolíferas e de mineração, favorecendo uma transição energética baseada na justiça social e equidade.

Além disso, precisamos gerar desconforto em nós mesmos para mudar nossos hábitos quando danosos a nós e aos ecossistemas. Afinal, somos natureza, e é essencial estabelecermos conexão com o meio ambiente e com os seus ciclos. Aumentar o contato com essa natureza através da disponibilização de muitas áreas de preservação e áreas verdes de convívio, distribuídas equitativamente nas cidades, além de ações de sensibilização local com o território e a partir dos hábitos de cada indivíduo, famílias e comunidades. São atitudes concretas que revelam a inquietação e compromisso, como o consumo consciente evitando desperdício; a separação de resíduos e o fim do uso de plásticos de uso único; o plantio de mais árvores e criação de áreas verdes, o gerenciamento adequado de resíduos; a adoção de uma alimentação prioritariamente baseada em plantas, como o veganismo, diminuindo o desmatamento em prol de grandes áreas de agropecuária, as quais aumentam o desperdício indireto de água, desmatamento e o uso de agrotóxicos contaminantes do solo e dos organismos vivos, consequentemente, provocando insegurança alimentar e demais transtornos à biodiversidade, ecossistemas e à saúde humana e não humana.

Enquanto serviços de saúde, a educação e compreensão acontecem através de exemplos reais das instituições e profissionais de saúde, como na realização de eventos de baixa emissão de carbono; atuação na prática clínica com qualificação na Saúde Planetária, com justiça reprodutiva, na equidade de gênero nos serviços e para a população; proteção às comunidades mais vulnerabilizadas; construção de hortas e agroflorestas comunitárias, inspiradas em ações que já acontecem em diversos serviços; incentivo à alimentação orgânica e local; investimento à construção e acesso a unidades de saúde de modelo e recursos mais sustentáveis; orientações que relacionem as mudanças climáticas ao adoecimento dos seres vivos; mais prescrições de conexão com a natureza e o uso de uma medicina baseada em evidência, apoiada na prevenção quaternária e quinquenária. Ainda, é importante acrescentar ao lema do VIII Congresso o “Cuidado de si”, pois é necessário que cada profissional de saúde também cuide de si mesmo, esteja conectado a sua essência e assim à natureza, para que consiga cuidar dos outros e da saúde do planeta.

Precisamos de políticas verdadeiramente sustentáveis e regeneradoras. Precisamos de redistribuição de renda. Devemos nos incomodar com nosso modo atual de existência e fazer esse incômodo reverberar. Em nosso Congresso tivemos o cuidado de pensar em ideias sustentáveis, regenerativas, em gastar o mínimo de plástico possível, em reduzir ao máximo o lixo não reciclável. Algumas decisões alternativas foram adotadas, quem sabe até gerando certo desconforto aos participantes, como a ausência de brindes como canetas e cadernetas, ausência de banners impressos, produção de uma ecobag (sacola ecológica) e de uma intensa reflexão gerada antes de utilizar mais um copo plástico. Nesse caso, em particular, para dispor de copos produzidos com material sustentável e biodegradável, foi necessário adquiri-los fora do município do congresso, fato que gerou a seguinte reflexão coletiva: será que somos apenas nós, cidadãos e trabalhadores, que temos que nos esforçar para encontrar o produto com o menor prejuízo ambiental possível? Ou, será que devemos cobrar que as empresas que fazem os copos já optem pela produção de copos com materiais mais ecológicos? Necessitamos, sim, mudar nosso consumo, nossa necessidade de estar sempre comprando, consumindo, renovando nossos estoques. Mas, também é preciso que as grandes empresas, aquelas mesmas que compram a matéria prima para fazer o copo, por

exemplo, preferam comprar materiais ecológicos visando a preservação do meio ambiente, e não apenas a exploração e o lucro desenfreado, que tanto explora e adocece o planeta, os trabalhadores e a população em geral. Igualmente, normativas e leis que estimulem e provoquem mudanças substanciais nas redes de produção e distribuição dos diferentes produtos de consumo. A fim de compensar simbolicamente a produção e impacto de carbono do congresso, houve o apoio de uma empresa parceira que fez o cálculo estimado de 51 árvores, que foram compradas e plantadas logo após o evento.

Enfim, é urgente criar conexões coletivas e manter o esperançar. O VIII CSBMFC, ocorrido em Maringá, nos apontou para isso. Sensibilizar outros, próximos ou distantes de nós, para a importância de olhar e cuidar do planeta. E, a nós mesmos, quanto a pequenas ou grandes mudanças em nossa rotina. Quaisquer mudanças, somadas ao longo do tempo, promovem grandes alterações. Não podemos tardar a começar. Os seres humanos não são maiores ou melhores do que algo ou alguém, ao contrário, são parte intrínseca da natureza e sofrem os ataques a ela e ao meio ambiente. Por fim, é preciso dar maior ênfase a ações práticas que governos, empresas, comunidades e profissionais de saúde podem e devem adotar para melhorar a ligação entre saúde, natureza e justiça social.

Maringá, 19 de outubro de 2024